

INDÍGENAS DO SERTÃO PERNAMBUCANO: AS ESCOLAS FORMAIS

Resumo

O presente trabalho busca apresentar de forma ainda que sucinta a problemática da educação indígena na região do Sertão pernambucano, especificamente na Microrregião de Itaparica. Pernambuco possui uma das maiores concentrações de povos indígenas do Brasil e assim como na maioria dos povos, possui diversos problemas no que tange a educação. Neste trabalho buscou-se apresentar, primeiramente, um pequeno esboço dos problemas históricos enfrentados pelos povos da região. E no segundo momento, apresentar um pouco do perfil das escolas e das políticas públicas relacionadas às mesmas. A falta de incentivo para qualificação profissional dos docentes e a infraestrutura ainda muito precária se apresentam como possíveis causas de uma educação indígena com pouca expressividade na região.

Palavras-chaves: educação indígena, gestão educacional, políticas públicas.

Abstract

The present work search to show the problematic of indigenous education at the Sertão de Pernambuco, specifically of the Itaparica's region. Pernambuco has one of the bigger concentration of indigenous population in Brazil and like in the most of this populations, has a lot of education problems. In this paper, at first, a little sketch of historic problems that this people deal. And in the second moment, present the schools profiles and the public politics related to that schools. The encouragement to the professional qualification of teachers and the problems with infrastructure are yet too poor, and self presented like a possible cause of one indigenous education with expressiveness.

Key words: indigenous education, educationmanagement , public politics.

Pensar os indígenas do sertão pernambucano nos dias de hoje é pensar um povo em dificuldades de manter-se culturalmente e economicamente. Desde os primórdios das invasões portuguesas ao semi-árido pernambucano, o extermínio e a aculturação dos indígenas foi ponto forte na discussão e atitudes por aqueles invasores. Os Tapuias como eram chamados, eram vistos como bárbaros que não aceitavam a fácil “domesticação” ou educação invasora¹.

No início da colonização os portugueses criaram uma cultura de caça aos índios, já que muitos dos povos indígenas não se renderam as tentações das quinilharias trocadas e doadas aos índios pelos viajantes europeus. “Assim, nos próprios documentos oficiais, encarregam-se de esclarecer aos pósteros que a missão lusitana em terras brasileiras não era a de civilizar ninguém” (LUNA, 19--., p. 110). Os povos ameríndios a cada chegada de novas naus portuguesas apressaram-se em adentrar os recantos dos sertões em todo o Brasil. Pode-se dizer que a interiorização dos povos indígenas acarretou diversas desgraças em seus seios familiares. Alguns povos se uniram para lutar e criar uma resistência aos invasores. Outros perderam nas novidades trazidas nos mais fundos porões das naus portuguesas, com seus objetos de baixo valor europeu, mas, denovidade inestimável aos índios.

O contato cultural ocorrido durante os vários séculos, principalmente nos séculos XVI ao XVIII, ocasionou nas populações indígenas do Sertão pernambucano um processo de aculturação extremamente veloz e eficaz. A igreja católica, com suas missões de educar e orientar os indígenas sob um regime cristão europeu se fez prevalecer no que diz respeito ao processo de aculturação, pois mesmo a escravidão estando em seu ápice, a utilização deste modo de produção utilizando-se da mão-de-obra indígena no Sertão foi menor se comparada aos negros escravos do litoral e zona da mata nordestina.

Afora as boas condições para criação de gado na região do semi-árido pernambucano, a descoberta de grande quantidade de salitre as margens do Rio Salitre, afluente do Rio São Francisco, acarretou uma corrida aos recantos do Sertão. Neste período, já se obtinha mão-de-obra indígena remunerada. De acordo com Puntoni,

Na maior parte das vezes, a mão-de-obra utilizada para a extração e o transporte era de índios, como os aragues, tambaquéns, paiaias e sacariús, tapuias aldeados por missionários que os forneciam para o “serviço do salitre”. O pagamento destes serviços nem sempre era pontualmente realizado, o rei obrigava a intervenção do governo-geral. [...] d. Rodrigo da Costa ordenava que o capitão-mor Antônio de Almeida Velho, responsável

pelas minas, pagasse os salários dos índios em atraso. (PUNTONI, 2002, p. 33)

A utilização, mesmo que pequena, da mão-de-obra indígena veio a agravar ainda mais as relações sociais ocorridas entre os portugueses e os povos indígenas da região. Não só o trabalho remunerado, também a influência da igreja nos recantos sertanejos colaborou para uma perda cultural constante durante várias gerações.

Não obstante a todas as idiossincrasias cometidas pelo conturbado histórico de nosso país desde sua colonização até os dias atuais, no que tange as populações indígenas, abusca por avanços são claros e notórios na perspectiva da valorização dos povos e na manutenção de suas culturas, hábitos e línguasⁱⁱ. Entretanto, não se pode afirmar que esta busca da valorização dos povos indígenas sertanejos esteja caminhando a passos largos. De acordo com uma análise realizada pelo Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco (CONDEPE) publicado em 1981, os povos que já habitavam os recantos do interior pernambucano continuam no mesmo estado de subsistência apresentado em 1981. Ainda hoje não existe nenhuma forma de economia mais elaborada como cooperativas, associações ou forma de sustentabilidade econômica capaz de suprir a necessidade monetária dos povos.

O estudo realizado pelo CONDEPE que culminou com a publicação de um relatório sobre os indígenas do Sertão Pernambucano atesta que desde 1981 não há mudança significativa nos povoados indígenas. Os postos construídos pela FUNAI continuam da mesma forma, apenas mais degradados pelas intempéries do tempo e/ou pela própria depredação humana, sem manutenção. Como podemos ver na fotografia (Anexo 1), o posto do povo Atikum construído em 1949 não recebe melhoria nem reformas para sua manutenção há um certo tempo. O esquecimento não fica restrito ao povo Atikum, o povo Pipipã que fica localizado nas proximidades da Serra Negra não possui Posto Indígena, os Pankararú possuem Posto, mas as condições também são as piores possíveis.

A condição econômica dos indígenas desta região não é das melhores, ainda utilizando a análise do CONDEPE, após visitas realizadas aos povos indígenas do Sertão Pernambucano localizados na Microrregião de Itaparica em março de 2012, percebe-se a ausência de instituições coletivas sem fins lucrativos que visem à geração de renda para os grupos indígenas. Em sua maioria, os grupos indígenas vivem no Sertão a partir de uma agricultura de subsistência regulada pelas estações chuvosas e pela sazonalidade da produção. Alguns produtores na época de safra vendem os excedentes da produção em feiras semanais nas cidades circunvizinhas, o que muitas

vezes não gera renda o suficiente nem para se deslocarem da sua aldeia à feira livre,forçando os indígenas a venderem suas produções para intermediários que vão de aldeia em aldeia comprando principalmente frutas a um preço bem inferior do que comercializado no mercado popular.

Como boa parte dos povos indígenas situa-se nas proximidades das serras existentes na região como a Serra Umã, a Serra Negra, a Serra de Tacaratu e a Serra do Arapuá, o índice de chuvas e a existência de nascentes em alguns pontos destas serras favorece a regularidade das produções.

A Serra do Arapuá, por exemplo, não apresenta graves problemas com água, seu clima se destaca em meio ao sertão por ser um clima serrano com baixas temperaturas a noite e elevada temperatura ao meio-dia (apesar de ser elevada a temperatura durante o dia, ainda assim é menor do que em regiões de planícies no sertão), o que é muito raro nessa região e ameniza as dificuldades, possibilitando a manutenção dos pomares que incrementam a renda e a alimentação dos povoados que vivem nas serras. As principais culturas são feijão de arranca, batata, abóbora, jerimun, macaxeira, fava, andu, mandioca, milho, banana, mamão, caju, pinha, goiaba, abacate, jaca, graviola e manga, existindo também pouca produção de hortaliças em algumas áreas.

O que nos chama bastante atenção durante as visitas aos povos indígenas desta região é a ausência de uma produção delimitada ou áreas de plantio concentrado. A produção de frutas é o grande ponto forte desta região, entretanto não há plantio delimitado. O que há são fruteiras espalhadas pelos caminhos entre aldeias e povoados. Só percebe-se o plantio concentrado de mandioca e bananeiras. Afora estas duas culturas, todas as outras fruteiras que são base de alimentação e comércio nas aldeiasapresenta-se totalmente esparsas,o que caracteriza uma grande proximidade com o extrativismo vegetal. Na aldeia Lagoa, situada na Serra do Arapuá, existe uma Usina de Beneficiamento de Frutas inoperante e sem o maquinário necessário para o beneficiamento das frutas colhidas na região.Entretanto, por se tratar de uma região extremamente seca e com período de chuvas bem definido, há a necessidade, muitas vezes, de se abastecer as aldeias com carros-pipas para a utilização doméstica da água.

Quando o período da chuva não é o suficiente para se terou colher uma boa safra, muitas famílias necessitam sair de suas aldeias para conseguir “bicos” ou trabalhos que remunerem em forma de diárias. Há também os indivíduos que migram para as cidades próximas como Floresta, Carnaubeira da Penha, Petrolândia ou até mesmo mais distantes como Recife ou São Paulo“fugindo” das condições adversas de sua localidade natal. Muitas vezes pelo motivo de migração das famílias para Recife ou São Paulo, as casas são abandonadas e ficam a mercê das intempéries do tempo. Não há, pelo que foi dito pela gestora do núcleo quatro da Serra do Arapuá, nenhuma forma de invasão das casas desabitadas.

No que tange as moradias indígenas, pode-se encontrar diversas habitações construídas a partir da madeira e do barro, casas de taipa como são chamadas. Algumas casas são de cimento e tijolo, principalmente as mais antigas. A utilização de madeira e palha de catolezeiro são utilizadas constantemente para abrigos na criação de animais (galinhas, caprinos e suínos) e pequenas construções de uso esporádico como a lanchonete ao lado da Escola Estadual Indígena Bom Jesus dos Aflitos localizada na Serra do Arapuá (ver anexo 2).

A educação nas Escolas Indígenas do Sertão Pernambucano

Os indígenas do Sertão Pernambucano não fogem a regra dos demais indígenas brasileiros que possuem na sua educação a característica principal da oralidade e da passagem dos ensinamentos dos mais velhos aos jovens através das reuniões e do próprio convívio diário.

Com a formalização da educação das escolas indígenas, direito conquistado através da constituição de 1988, o Brasil deixou de utilizar-se do sistema educacional como forma de transformar a cultura indígena através dos processos de assimilação e integração dos índios a cultura não índia.

Com a Constituição de 1988, assegurou-se aos índios no Brasil o direito de permanecerem índios, isto é, de permanecerem eles mesmos, com suas línguas, culturas e tradições. Ao reconhecer que os índios poderiam utilizar suas línguas maternas e seus processos de aprendizagem na educação escolar, instituiu-se a possibilidade de a escola indígena contribuir para o processo de afirmação étnica e cultural desses povos, deixando de ser um dos principais veículos de assimilação e integração. (PAEEI, 2001, p. 9)

Apesar de a educação indígena estar contemplada na Constituição de 1988, os povos indígenas do Sertão Pernambucano estiveram durante 14 anos com suas escolas vinculadas as Secretarias de Educação dos Municípios ou diretamente ao Governo Federal. Como a influência da política municipal era muito forte entre as escolas, e o Governo Federal era muito distante para solucionar os problemas que surgiam em 2002 após um longo processo de reuniões e luta as escolas indígenas foram todas estadualizadas. A partir deste momento, buscou-se integrar as escolas a educação mais voltada para a manutenção das raízes culturais e o processo de educação específica.

Assim como está explícito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 nos seguintes artigos,

Artigo 78 – O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisas, para oferta de Educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas[...]

Artigo 79 – A união apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º - Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º - Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

- fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;
- Manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;
- Desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;
- elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

A partir deste fio condutor da estadualização da educação indígena no Estado de Pernambuco, apresentar-se-á um pouco o perfil das escolas indígenas e não indígenas da região, tendo em vista que das 79 (setenta e nove) escolas cadastradas na Gerência Regional de Ensino do Sub-Médio São Francisco, 54 (cinquenta e quatro) são indígenas. Em Pernambuco, apenas em 2008 a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em parceria com a Universidade de Pernambuco (UPE), a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e o Centro Cultural Luiz Freire conseguiram abrir as portas de um curso voltado a formação de professores indígenas, a Licenciatura Intercultural na unidade avançada da UFPE no município de Caruaruⁱⁱⁱ. Nos dias de

hoje pode-se ver a importância e a representação de um curso superior de licenciatura voltado a formação de professores indígenas em Pernambuco. Como se apresenta na comparação dos quadros a seguir, a possibilidade de aprimorar os estudos com um curso superior específico permitiu a qualificação dos docentes indígenas.

NÚMERO DE PROFESSORES ÍNDIOS POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, POR ESTADO - UF								
Estado - UF	Fund. Inc.	Fund. Comp.	Med. c/mag.	Mag. Ind.	Med. outro	Sup. c/mag.	Sup. s/mag.	Total
Acre	36	65	3	-	1	-	-	105
Alagoas	2	4	35	-	-	-	-	41
Amapá	47	13	17	2	-	-	-	79
Amazonas	333	301	268	86	66	8	-	1.062
Bahia	30	37	20	-	-	-	-	87
Ceará	29	12	21	5	9	2	3	81
Espírito Santo	-	-	-	13	-	-	-	13
Goiás	1	1	1	-	-	-	-	3
M. G. do Sul	57	48	93	37	16	7	-	258
Maranhão	143	26	11	-	2	-	-	182
Mato Grosso	58	99	43	93	6	3	1	303
Minas Gerais	-	-	-	62	-	-	-	62
Pará	66	22	21	-	-	-	-	109
Paraíba	-	11	78	-	5	-	-	94
Paraná	10	21	5	-	15	-	-	51
Pernambuco	13	18	68	-	2	4	1	106
R. G. do Sul	12	29	7	28	10	6	2	94
Rio de Janeiro	5	-	-	-	-	-	-	5
Rondônia	25	62	3	1	1	1	-	93
Roraima	4	26	73	263	16	4	-	386
Santa Catarina	3	22	4	8	2	-	11	50
São Paulo	3	-	1	-	-	-	-	4
Sergipe	-	-	8	-	-	-	-	8
Tocantins	84	29	16	1	1	-	-	131
Brasil	961	846	796	599	152	35	18	3.407

(MEC, 2002, p. 109)

PROFESSORES INDÍGENAS		
MUNICÍPIO	MAGIS TÉRIO	GRADU AÇÃO
CARNAUBEIRA DA PENHA	68	23
TACARATU	62	56
JATOBÁ	51	35
FLORESTA	0	0
PETROLÂNDIA	14	13
ITACURUBA	0	0
BELÉM DO SÃO FRANCISCO	0	0
TOTAL	195	127

(Pesquisa realizada entre fev/2012 e mar/2012 em 30 escolas indígenas)

Percebe-se o incremento de professores graduados após o ano de 2002 em Pernambuco, com ênfase principalmente na Microrregião de Itaparica. Vale salientar que em 2002 as escolas indígenas foram estadualizadas, e foi também ano de criação do curso de licenciatura intercultural pela Universidade Federal de Pernambuco, o que vem a tornar possível o aumento da qualificação dos docentes destas escolas.

Devemos destacar a ausência de escolas indígenas nos municípios de Itacuruba e Belém do São Francisco por isso apresentarem o valor zero. Já o município de Floresta, por se tratar do município com menor quantidade de escolas indígenas, são apenas 4 (quatro) escolas, e a pesquisa estar em andamento, não foi possível entrar em contato com a liderança do povo Pipipã para obter os dados e fazer as visitas *in loco* como estão sendo realizadas em todas as escolas da região, indígenas e não-indígenas. Mas pode-se ver diante do quadro acima mencionado, é o alto número de professores graduados nas escolas indígenas. Infelizmente ainda existe um número elevado de professores que possuem apenas o magistério, mas com as visitas pode-se perceber em diversas escolas a existência de professores cursando a Licenciatura Intercultural na UFPE - *Campus Caruaru*. O incremento da educação de nível superior no Estado de Pernambuco voltada diretamente aos povos indígenas elevou a qualidade do ensino, pois, professores mais capacitados implicam em melhor qualidade de ensino.

Não obstante a isso, as dificuldades são muitas no que tange a educação indígena no Sertão pernambucano. Infraestrutura deixando a desejar em quase todas as escolas, ausência de

laboratórios de informática em todas as escolas pesquisadas até o momento, bibliotecas que contam com poucos livros e muitas vezes apenas livros didáticos, internet ausente em todas as escolas visitadas e o que mais nos chama a atenção: todas as escolas indígenas estão pintadas de forma impecável. O dinheiro investido na manutenção das pinturas das paredes é realmente alocado devidamente, todavia, a escola não vive apenas de aparência, os materiais didáticos e paradidáticos para a educação são raros e muitas vezes de baixa qualidade.

O que impressiona nas visitas é a constante formação de salas multisseriadas. É predominante a utilização de salas de aula com alunos de diversas séries e idades em conjunto, o que torna um desafio para os gestores e docentes destas instituições a organização didática e a real prática docente. Entretanto, a legislação brasileira que trata da educação indígena é apresentada de forma bastante a frente do seu tempo e da sua realidade com a busca da manutenção da língua, da cultura e dos aspectos sociais específicos de cada povo.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (MEC, 2005) a história recente sempre “por diretrizes protecionistas”, a legislação brasileira anterior à Constituição de 1988, que tratava dos povos indígenas, orientava-se pela gradativa assimilação e integração dos povos indígenas à comunhão nacional, de forma espontânea ou por processos legais e formais, porque os entendia como categoria transitória, fadada à extinção. Com a educação escolar não foi diferente. As leis da educação nacional sempre trataram todos os brasileiros como iguais ou, na perspectiva da construção da igualdade étnica, cultural e linguística.

O mesmo documento menciona ainda que apenas na década de 70 iniciou-se a estruturação de diferentes organizações para que pudessem congregar num único documento todas as peculiaridades que viriam a compor o documento acima mencionado.

O RCNE/Indígena fundamenta-se no reconhecimento da:

1. Multietnicidade, pluralidade e diversidade;
2. Educação e conhecimentos indígenas;
3. Autodeterminação.
4. Comunidade Educativa indígena.
5. Educação intercultural, comunitária, específica e diferenciada.

Para tanto, vale-se dos princípios próprios da educação indígena que transcrevemos a seguir e que, posteriormente inserimos a ilustração com o detalhamento de todos os princípios (RCNE/I, MEC, 2005):

- As escolas indígenas deverão ter currículos e regimentos específicos, elaborados pelos professores indígenas, juntamente com suas comunidades, lideranças organizações e assessorias;

- uma visão de sociedade que transcende as relações entre humanos e admite diversos "seres " e forças da natureza com os quais estabelecem relações de cooperação e intercâmbio a fim de adquirir - e assegurar – determinadas qualidades;
- valores e procedimentos próprios de sociedades originalmente orais, menos marcadas por profundas desigualdades internas, mais articuladas pela obrigação da reciprocidade entre os grupos que as integram;
- noções próprias, culturalmente formuladas (portanto variáveis de uma sociedade indígena a outra) da pessoa humana e dos seus atributos, capacidades e qualidades;
- formação de crianças e jovens como processo integrado; apesar de suas inúmeras particularidades, uma característica comum às sociedades indígenas é que cada experiência cognitiva e afetiva carrega múltiplos significados - econômicos, sociais, técnicos, rituais, cosmológicos.

Conclusão

Concluimos, que o estudo acerca dos indígenas de Pernambuco, principalmente os localizados no Sertão Pernambucano é de fundamental importância para o desenvolvimento regional, cultural e econômico destes povos. Os poucos estudos, pelo que foi observado, podem ser o princípio de uma rica área de conhecimento a ser explorada pelos estudiosos da educação, da economia, da antropologia e das diversas ciências que juntas buscam desenvolver o conhecimento e os indivíduos como um todo.

Referências bibliográficas

ABREU, João Capistrano de. Caminhos antigos e povoamento do Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. Capítulos de história colonial: (1500-1800). 5. ed. rev. e anot. Rio de Janeiro: INL, 1969.

BASTIDE, Roger. Antropologia aplicada. São Paulo: Perspectiva, 1979.

COSTA, Angyone. Indíologia. Rio de Janeiro: Laemmert, 1943.

GOVERNO DE PERNAMBUCO. Educação Escolar Indígena. Caderno da Formação Continuada de Professores Indígenas 2011: Secretaria de Educação, 2011.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). As leis e a educação escolar indígena: programa parâmetros em ação de educação escolar indígena. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

_____. Quem são, quantos são e onde estão os povos indígenas e suas escolas no Brasil?. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2002.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO. As comunidades indígenas de Pernambuco. Recife: CONDEPE, 1981.

LUNA, Luiz. Resistência do índio à dominação do Brasil. Rio de Janeiro: ed. Leitura, 19--.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Referencial curricular nacional para as escolas indígenas, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil 1650-1720. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2002.

RIBIRO, Darcy, 1922-1997. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil . 2. ed., 12. reimpr. -. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

ⁱ “A ação violenta dos portugueses foi redobrada quando foi morto o primeiro bispo do Brasil, acontecimento que motivou a resolução régia estabelecendo escravidão perpétua aos Caetés. Na prática, tal medida se estendeu a todos os demais indígenas do Litoral e deu caráter legal ao regime primário de esbulho, escravidão e morte instituído pelos chamados nobres que aqui se instalaram” (CONDEPE, 1981, p. 10).

ⁱⁱ Pela característica oral das culturas indígenas, a dificuldade de estudos e pesquisas na área lingüística se resume àqueles povos que conseguiram pelo passar dos anos e da crueldade portuguesa manter a raiz cultural da oralidade de maneira forte.

ⁱⁱⁱ Cf. http://www.ufpe.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=29983:a&catid=19&Itemid=72 (Acessado em 21/03/2012)